

A prática de “orientar vocações” e os sentidos atuais do trabalho

Pedro Paulo Gastalho Bicalho*

Cleriston Philip Buriche Bartalini**

Nira Kaufman Sasso***

Resumo O artigo problematiza a prática de orientar vocações no panorama atual, em que o trabalho torna-se uma referência menos sólida para os indivíduos, e onde desafios específicos referentes ao tema da vulnerabilidade social são lançados. Apostamos em outra modalidade de intervenção, denominada Análise do Vocacional, como uma alternativa mais implicada com as angústias fomentadas pelos problemas da falta de emprego e a destituição das garantias sociais. Uma intervenção que produz/provoca o estranhamento das formas naturalizadas de lidar com tais questões, de modo a abrir espaço para a invenção de novos possíveis.

Palavras-chave orientação vocacional; trabalho; análise do vocacional; micropolítica; subjetividade.

The practice of ‘vocational guidance’ and the current meanings of work

Abstract The point of this article is to discuss vocational guidance in the current panorama, where work becomes a less solid reference for individuals, and where specific challenges on the theme of social vulnerability are placed. We believe in another kind of intervention, denominated Vocational Analysis, as an alternative more involved with the anguish produced by lack of employment and the destitution of social guarantees. An intervention that produces/provokes a denaturalization of the crystallized forms of dealing with such questions, making room for the invention of new possibilities.

Keywords vocational guidance; work; vocational analysis; micropolitics; subjectivity.

Introdução

* Doutor em Psicologia, Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da UFRJ, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Av. Pasteur, 250, UFRJ/Campus da Praia Vermelha. Rio de Janeiro-RJ. Cep: 22.290-240. Email: ppbicalho@ufrj.br

** Graduando do Instituto de Psicologia/UFRJ – Rio de Janeiro. Avenida Comandante Ari Parreiras, nº 10/ap. 203. Icaraí. Niterói-RJ. CEP 24230-322. E-mail: cleristonb@hotmail.com

*** Graduanda do Instituto de Psicologia/UFRJ – Rio de Janeiro. Rua Belizário Távora, nº 305/ap.302. Laranjeiras. Rio de Janeiro-RJ. CEP 22245-070. E-mail: nira_kaufman@yahoo.com.br

A orientação vocacional é um campo de atuação que se consolidou no contexto da Revolução Industrial, no qual a diversificação das funções e a aceleração dos ritmos do trabalho, propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico, colocaram em cena a questão da escolha profissional. O “êxito” de uma sociedade fundamentada no lucro e na produtividade desencadeou uma busca incessante pela otimização da produção em relação ao tempo, de modo que a ideia da “pessoa certa no lugar certo” surge como uma obsessão no discurso de empregadores e empregados. A orientação vocacional surge totalmente vinculada ao aumento da eficácia industrial e, em sua origem¹, tinha como função detectar, na indústria, trabalhadores inaptos; evitando possíveis acidentes de trabalho (SPARTA, 2003). Deste modo, educadores e psicólogos capitanearam o empreendimento de “canalizar as aptidões e capacidades humanas para o trabalho, desvelando as verdadeiras vocações e preparando e qualificando o homem para assumir seu devido lugar na produção” (FROTTÉ, 2001, p.22), o que se convencionou chamar de orientação vocacional ou profissional.

O modo de funcionamento do trabalho em que emergiu a orientação vocacional vem gradativamente sofrendo transformações, dando lugar a uma nova lógica na qual predominam outras maneiras de conceber o trabalho: parcial, precário e terceirizado. Antunes (2007) define este quadro como subproletarização, apresentando a ideia de uma múltipla processualidade no capitalismo contemporâneo, contexto em que se experimenta a fragilização dos vínculos no âmbito do trabalho. Este fenômeno é ainda marcado pela diminuição da classe operária industrial tradicional e migração do trabalho assalariado para o setor de serviços.

Em uma época marcada pelo desenvolvimento tecnológico e pela criação irrestrita de mercados consumidores, o trabalho humano já não diz respeito à subsistência de maneira direta. Agora sob a forma perversa de ‘emprego’, é fonte de renda que vale a entrada nos mercados de consumo (FORRESTER, 1997). Para se manter consumidor é preciso criar empregos, numa época em que os empregos não são precisos e nem mesmo precisados. Contudo, esta era de incertezas parece maquiada e, conforme aponta Forrester (1997), há um esforço coletivo para que não transpareça a irracionalidade de um sistema que impõe o trabalho como imprescindível e ao mesmo tempo opera na sua ausência. Como subproduto grita o sofrimento humano, inerente a tal contrariedade – paradoxo indispensável para o funcionamento deste modelo de sociedade –, que não pode ser de modo algum silenciado pelos artifícios que insistem em perpetuar formas anacrônicas do significado do trabalho.

O tema do trabalho e suas metamorfoses na contemporaneidade é também problematizado por Castel (1998), que contribui para a discussão trazendo à tona a relação entre trabalho e inserção na estrutura social. O autor não se restringe à conceituação do trabalho no âmbito da produção, mas destaca seu papel de suporte primeiro para a constituição dos vínculos sociais. Em um cenário que concorre para um estado de permanente instabilidade, “o futuro é marcado pelo selo do aleatório” (CASTEL, 1998, p.21), somando-se àquele sofrimento o risco iminente de ‘não fazer parte’. A ameaça constante a que se refere Castel não é propriamente a da exclusão – pois estão todos “muito bem” incluídos no sistema capitalista – mas a de ingressar em uma situação de desassistência e vulnerabilidade social. Conforme salienta o autor, a experiência que por muito tempo foi chamada de “exclusão” não elimina a participação dos sujeitos do regime de trocas econômicas, semióticas ou políticas do capitalismo; muito pelo contrário, este a

¹ A origem precisa da orientação profissional é associada à criação do Centro de Orientação Profissional de Munique, no ano de 1902 (CARVALHO, 1995)

pressupõe.

Estas questões contemporâneas do mundo do trabalho atravessam a escolha profissional e, desta forma, um novo cenário influencia e mobiliza todos os atores envolvidos na tarefa de escolher uma profissão. A orientação vocacional em seu propósito original, que ainda encontra lugar para seu exercício em nossos tempos, persiste em um modelo enrijecido no que diz respeito ao diálogo com as demandas atuais e às angústias por elas engendradas. Abre-se espaço para outras intervenções possíveis. O trabalho proposto por Frotté (2001) – intitulado *Análise do Vocacional* – coloca em análise o constructo vocação e suas implicações, pretendendo-se uma ferramenta contextualizada no enfrentamento das questões colocadas na contemporaneidade. Uma abordagem que propõe abertura a outros olhares e sentidos para o momento de crise que é escolher, suscitando questionamentos focados na realidade das relações de trabalho atuais.

O objetivo deste artigo é dar visibilidade ao dispositivo da *Análise do Vocacional*², enquanto uma intervenção na área da orientação vocacional atenta a sentidos possíveis do trabalho na atualidade; uma das preocupações centrais é a problemática da vulnerabilidade social que decorre da instável processualidade do capitalismo contemporâneo.

A invenção de uma prática que não 'orienta vocações'

Este artigo tem como disparador a experiência de seus autores no Curso Pré-Vestibular do Caju (CPV-Caju), um projeto de extensão³ da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que atua em bairro homônimo da cidade do Rio de Janeiro. O CPV-Caju trabalha desde 2005 no enfrentamento das dificuldades dos estudantes de origem popular que buscam ingressar em uma universidade pública, dando suporte à preparação para os exames do vestibular.

O bairro do Caju está localizado na área central do município do Rio de Janeiro. Segundo o Censo Demográfico do IBGE, de 2000, o Caju possuía 17.679 habitantes. Pesquisa realizada pelo Instituto Pereira Passos, em 2003, revelou um elevado índice de analfabetismo, assim como um número muito pequeno de estudantes universitários⁴.

No século XIX, o bairro do Caju era ocupado por propriedades da elite imperial, destinadas a lazer e veraneio. As modificações no planejamento urbano no início do século XX (que teve como marco a reforma Pereira Passos), como a construção da Estrada de Ferro Rio Ouro, a construção dos estaleiros e a separação dos bairros de São Cristovão e Caju, com a criação da Avenida Brasil, contribuíram para que o bairro perdesse suas características e se tornasse essencialmente uma área industrial (ALVES, 2007). Atualmente, a maior parte da população que

² Estabelecemos uma distinção entre os termos *Análise do Vocacional*, proposto por Frotté, e *Análise do Vocacional*. Tomamos o primeiro enquanto corpo teórico que inspira intervenções alternativas ao modelo tradicional de orientação vocacional, como a *Análise do Vocacional* – termo cunhado por Bicalho (professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ).

³ O que se propõe não é uma simples disseminação do conhecimento acumulado no meio acadêmico, mas, sobretudo, o estabelecimento de uma relação que permita a comunicação (e produção) de saberes entre a universidade e a população, um confronto com a realidade do entorno, que torne possível a produção de conhecimentos que visem à transformação, o enfrentamento e a problematização das demandas sociais. Sob esta ótica, entende-se a universidade como parte da sociedade, a população como sujeito desse processo, sendo a sociedade o espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. (MENDES e BICALHO, 2009).

⁴ <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>

vive no Caju é formada por pessoas vindas de lugares distantes que, a partir de 1950, passaram a ocupar as áreas de pouco valor econômico. Essas áreas constituem hoje o complexo de favelas do Caju. Segundo registros do Instituto Pereira Passos (IPP), são oito as principais favelas desse complexo: Quinta do Caju, Ladeira dos Funcionários, Parque São Sebastião, Parque Nossa Senhora da Penha, Parque Alegria, Parque da Boa Esperança, Parque Conquista e Vila Clemente Ferreira.

O Instituto de Psicologia da UFRJ insere-se no CPV-Caju em 2006, a partir do projeto de pesquisa-intervenção “Construindo um processo de escolhas mesmo quando ‘escolher’ não é um verbo disponível”, através da criação de grupos de Análise do Vocacional (AV) junto aos alunos. Esses grupos funcionam dentro da dinâmica do pré-vestibular, ocupando um tempo de aula semanalmente. Entretanto, diferenciam-se do formato tradicional de aula, privilegiando outros objetivos que vão além da preparação para as provas do vestibular. Os grupos são formados com uma média de quinze participantes, sendo que o trabalho de Análise do Vocacional já atendeu, até o ano de 2009, cerca de 180 alunos. Sendo o CPV-Caju um curso de caráter comunitário⁵, os alunos são distribuídos em diferentes faixas etárias, de modo que nosso público alvo não é formado apenas por jovens recém saídos do Ensino Médio.

Incidindo sobre a crise instaurada pelas dificuldades em escolher uma profissão, vivemos o grupo como dispositivo⁶, provocando afetações, desindividualizando as demandas e provocando a coletivização das mesmas. Atravessando o imperativo da escolha profissional, ganham visibilidade questões que dizem respeito não só à carreira, mas também a todas as escolhas da vida (mesmo quando ‘escolher’ não é um verbo disponível).

O projeto de pesquisa-intervenção “Construindo um processo de escolhas mesmo quando ‘escolher’ não é um verbo disponível” incide sobre o tema da escolha profissional problematizando as identidades totalizantes, as quais cristalizam o sujeito em modos de ser estáticos e previsíveis. No interesse de aprofundarmos o debate acerca da constituição de uma singularidade possível, que ultrapasse formas rígidas de se pensar as escolhas, adotamos como referencial teórico a Análise Institucional francesa, privilegiando os estudos socioanalíticos de René Lourau e os esquizoanalíticos de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

A abordagem tornada disponível por Deleuze em seus trabalhos sobre agenciamentos coletivos e linhas de segmentaridade convoca-nos a tê-lo como um dos principais intercessores em nossa linha de pesquisa. A pertinência de sua presença neste artigo justifica-se por dois motivos. Em primeiro lugar Deleuze nos mostra, a partir da teoria sobre as linhas de segmentaridade, as múltiplas afetações que atravessam a produção de subjetividades, afetações estas que terão lugar em diferentes registros, e que favorecem o estudo dos processos de escolha em sua dimensão complexa. A segunda razão de nossa escolha pelas ferramentas deleuzianas se deve ao fato de que Deleuze extrapola os regimes de subjetivação de maior rigidez e se depara com potências e

⁵ O foco dos cursos pré-vestibulares que constituem projetos de extensão universitária é o enfrentamento dos desafios colocados a população pelas desigualdades sociais, portanto, destinam-se a atender a população residente nas comunidades e bairros menos favorecidos, do ponto de vista sócio-econômico. Caracterizamos o CPV-Caju como um pré-vestibular comunitário por esta razão, e por ser um projeto que favorece a construção coletiva e horizontal, tanto de sua estrutura como de seu funcionamento cotidiano.

⁶ O grupo como dispositivo, explicitando a potência das intervenções no grupo como ferramenta que permite a passagem de afetos; provoca o entrecruzamento das forças em jogo na produção de subjetividades, produzindo novas forças e desmanchando territórios cristalizados (BARROS, 2007). Em outro momento, definido por René Lourau como “analisar coletivamente uma situação coletiva” (LOURAU, 1993, p. 30) ou seja, algo que funciona como um gerador de desindividualização (BARROS, 2007)

fluxos mais fugazes e mais insidiosos, estes também produtores de subjetividades; o alvo de nossas problematizações (as angústias no panorama atual do trabalho e a escolha profissional) situa-se na categoria de elemento periférico nas transformações que o mundo do trabalho sofre atualmente; transformações menos visíveis, porém tão relevantes quanto as evidentes modificações em modelos de gestão e produção industrial.

Deleuze nos fala sobre a constituição do indivíduo a partir de agenciamentos, quando afirma que “indivíduos ou grupos, somos feitos de linhas, e tais linhas são de natureza bem diversa” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 145). Especificamente sobre o problema da profissão participando deste processo, compondo agenciamentos, o mesmo autor nos fala: “uma profissão é um segmento duro...” (*ibid*, p. 146). O estudo das linhas, em grupos ou indivíduos – assim Deleuze define o objeto da micropolítica, esquizoanálise ou cartografia. Este autor afirma a existência de três espécies de linhas, sendo o “lugar” da produção de subjetividades o entrecruzamento dessas três linhas. Há uma espécie de linhas de segmentaridade dura, linhas molares, fragmentárias, que compartimentam a vida segundo uma lógica binária (produtora de cortes). Cada compartimento ou segmento compreende instituições, experiências de duração, modos de ser, bem determinados. Passamos de um segmento a outro, pela trajetória “a família – e depois a escola – e depois o exército – e depois a fábrica – e depois a aposentadoria” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 145).

Existem também linhas de segmentaridade mais flexíveis, moleculares, que traçam pequenas modificações, mobilizando fluxos a limiares em acelerações e lentificações descontínuas, diferindo do ritmo da “história” traçada pelas linhas duras. Corresponde à maneira como o indivíduo investe e participa da reprodução dos códigos sociais em vigor, quando ele introduz sua pequena irregularidade nas formas socialmente disponíveis (ZOURABICHVILI, 2004).

Existem, ao mesmo tempo, linhas que rompem com o previsível, levando-nos para além dos segmentos das linhas molares, assim como para além dos limiares das linhas moleculares. São as linhas de fuga, algo como o contrário de um destino. O que pode ser compreendido como introduzir a desorganização no campo das regularidades, o que “não significa o vazio ou o caos, mas antes um ‘corte’ no caos” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 58), configurando agenciamentos próprios.

Cabe aqui ressaltar que, apesar da separação conceitual (dessas linhas de força), elas não existem enquanto verdades entre si, nem existem independentes umas das outras. Assim, temos que as linhas moleculares produzem desvios, carreando fluxos de desterritorialização entre os segmentos, traçando uma nova linha no meio da linha segmentária. Toda desterritorialização pressupõe uma reterritorialização, que a acompanha. Trata-se de dois movimentos que na verdade compõem um só, do qual participam as três espécies de linhas. Estes movimentos são produtores de agenciamentos da produção coletiva de modos de ser, que servem de alicerce para o trabalho cartográfico pretendido pela Análise do Vocacional. A cartografia pretende seguir as linhas e seus desvios, os fluxos e suas intensidades, os segmentos e seus recortes, em busca de questionar quais são as potências e os perigos sobre tais linhas.

A Análise do Vocacional incide sobre o território das valorações do indivíduo na sua interface com o mundo do trabalho. A profissão em seu caráter mais abrangente - a profissão-estigma ou a identidade de uma profissão -, encontra-se em um registro duro, inflexível e enrijecido da vida. Em seu domínio co-habitam códigos sociais rígidos, referentes a agenciamentos judiciais, conjugais, familiares, etc. Nas atividades em grupo propostas pela Análise do Vocacional a linha

dura ‘profissão’ é problematizada, de modo que se desenhem “linhas heterogenéticas, (...), construídas pela diferença que se engendra em cada encontro” (BARROS, 1998, p. 31). Impelidos por um contexto no qual os modos de produção de subjetividade dominantes operam em favor da manutenção de identidades profissionais, forçamos nossa entrada no campo da escolha profissional com o objetivo de potencializar linhas menos dependentes dos padrões hegemônicos, abrindo espaço para a construção de novos olhares sobre a escolha.

Interromperemos, momentaneamente, o aprofundamento das questões levantadas pela Análise do Vocacional para seguir as pistas de alguns movimentos antecedentes que lhe foram condição de possibilidade.

Fragmentos de uma história: a formação de uma orientação vocacional ‘dura’

A Revolução Industrial promoveu uma abertura de novas modalidades de emprego, ampliando significativamente as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. A entrada definitiva das máquinas no processo produtivo submeteu os artesãos a uma concorrência desigual, de modo que estes foram pressionados a abandonar seus ofícios manuais e se juntar à massa de mão-de-obra assalariada (BARROS, 2007). A indústria, com a qual já não puderam competir, produzia com maior rapidez e economia, melhor servindo aos interesses do capitalismo moderno. A intensificação do volume de produção no regime industrial nascente demandava um melhor aproveitamento da força de trabalho. Formulou-se, assim, a tese de que o máximo de produtividade seria alcançado reconhecendo as aptidões do trabalhador e localizando o ofício onde estas seriam mais bem aproveitadas (BOCK, 2002).

O processo de industrialização e de desenvolvimento tecnológico, assim como o estabelecimento do progresso como meta geral para a sociedade ocidental, promoveu o crescimento dos negócios (do volume de capital em circulação), levando o trabalho a transpor a fronteira do núcleo familiar. Esta transformação foi de tamanha importância a ponto de operar “(...) um descolamento fundamental de referência para o indivíduo (...) quando esta passou da terra, de sua comunidade imediata, para a fábrica” (BARROS, 2007, p.43). Com o aparecimento das empresas, vida familiar e vida profissional se separam, o trabalho torna-se uma categoria autônoma e o lar caracteriza-se por um espaço privado, íntimo e pessoal (AYRES *apud* FERREIRA, 2006). O tempo é segregado entre esses dois espaços agora totalmente distintos.

Dessa forma, define-se o mundo do trabalho, no âmbito da vida pública, regido por regras próprias pactuadas no plano das interações sociais. Surgem novas relações de trabalho, o homem passa a oferecer sua força de trabalho ao mercado e este por sua vez lhe oferece um leque de ocupações possíveis. E o homem precisa escolher, encorajado a crer na possibilidade de ascensão social, que dependeria unicamente das características e esforços individuais (BARROS, 2007). Os trabalhadores se mobilizam a partir da ideia de que quem tiver êxito em sua escolha poderá progredir e crescer socialmente (FROTTÉ, 2001).

Nasce a convicção de que existe ‘a pessoa certa para o lugar certo’ e, conseqüentemente, surge a demanda por algum especialista capaz de dizer aos homens qual o encaixe mais eficaz, mais próximo do perfeito, mais produtivo. Está formado o pano de fundo para a emergência do serviço de orientação vocacional, que poderá desvelar as verdadeiras aptidões dos sujeitos e aplicá-las ao mundo do trabalho, encontrando a profissão ‘certa’ para cada um.

O processo de industrialização deflagrou-se a partir da década de 1930 no Brasil, sendo este período o marco histórico do aparecimento dos serviços de orientação vocacional nos centros urbanos brasileiros. O primeiro serviço de orientação vocacional é datado de 1924, o Serviço de Seleção e Orientação Profissional para alunos do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Outro marco importante é o surgimento, em 1947, do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) junto a Fundação Getúlio Vargas, o qual reuniu estudiosos e técnicos da Psicologia Aplicada (CARVALHO, 1995). A orientação vocacional apresentou-se aqui por via de dois paradigmas, que se fazem presentes enquanto forma de intervenção até os dias atuais: o estatístico e o clínico.

A estratégia estatística em orientação profissional, surgida na década de 1930, baseia-se nas ideias do modelo psicométrico e na Teoria do Traço e Fator, privilegiando o desvelamento de capacidades e aptidões em detrimento de atravessamentos históricos, e preocupado com a produção de diagnósticos e prognósticos que ajudassem o orientador vocacional a indicar a profissão certa para cada indivíduo. (SPARTA, 2003)

Mais tarde, a partir da década de 1970, o paradigma clínico em orientação vocacional emerge; influenciado pelas ideias de Boholavsky e sua estratégia clínica da Orientação Profissional, como alternativa ao modelo psicométrico. As ideias do autor foram introduzidas pela professora Maria Margarida de Carvalho nos serviços de Orientação Profissional (SOP) da USP (SPARTA, 2003). O paradigma clínico em orientação vocacional surge com um caráter preventivo, em um período marcado pelo mergulho das intervenções psicológicas nos serviços de saúde. Os principais teóricos proponentes desta vertente fundamentavam sua prática numa concepção psicanalítica da personalidade e da dinâmica de grupos e instituições. A abordagem clínica propõe que seja lançado um olhar (e que seja realizada uma escuta) sobre questões causadoras de angústia e sofrimento para os sujeitos, o que possivelmente emergiria durante o processo de orientação vocacional (FROTTÉ, 2001).

Os dois paradigmas representam nitidamente intervenções normalizadoras: o primeiro investindo sobre a regulação das relações de trabalho, visando uma maior produtividade, enquanto que o segundo pretende apaziguar as tensões inerentes à dinâmica social conquistando-se, desta maneira, mais um lugar para a prevenção de transtornos e desvios da personalidade. Esses paradigmas se afirmaram atrelados a um modo de vida que pensa a existência como modelar, determinada por processos exteriores, numa cadeia de acontecimentos, uma vida repleta de etapas a serem seguidas e vencidas em direção ao futuro. Tudo o que se apresenta como confuso ou estranho a essa trajetória é sentido com incômodo, e deve ser enquadrado em uma cadeia lógica para que pare de ‘atrapalhar’ o caminho rumo ao futuro. Um pensamento que acredita em um interior repleto de conteúdos em busca de sua forma ou expressão coerente no exterior. A orientação vocacional, fundamentada nestes termos, coloca-se como uma prática separadora de sujeitos e suas potencialidades singulares, supondo existir lugares certos para sujeitos prontos. Uma forma de intervenção ainda presente que tenta enquadrá-los em um mundo profissional pré-moldado à sua espera (FROTTÉ, 2001).

Reverberações da metamorfose do trabalho globalizado silenciadas na cena contemporânea

Os modos de trabalhar assumem outros contornos quando outras exigências surgem como pré-re-

quisito para se adentrar no mundo do trabalho. Predomina o trabalho temporário, parcial, terceirizado, em um mercado mais fluido e dinâmico, com exigências de maior flexibilidade e polivalência. Estas características aparecem mais definidamente quando o fenômeno de automatização da produção, disparado desde a Revolução Industrial, se conjuga com redefinições nas estratégias de produção, o que é descrito como a transposição do modelo fordista e a entrada no toyotismo. Estes termos são alusivos às empresas do ramo automobilístico que implementaram modelos de produção próprios, sendo o primeiro termo referente a uma produção em série centralizada, e o segundo a uma produção dinâmica horizontalizada (ANTUNES, 2007).

A crise estrutural do capital instaurada na década de 1970 atraiu críticas ao modelo fordista de acumulação, suscitando como resposta a reestruturação dos modos de produção até então vigentes. Formas de acumulação flexíveis foram instituídas e o processo produtivo como um todo adotou a horizontalização como saída para que a lucratividade retomasse seu caminho ascendente. A produção deixou de ser empreendida por completo em um mesmo estabelecimento, sendo o recurso da terceirização da força de trabalho o mecanismo que permitiu respostas rápidas às flutuações do mercado consumidor. Foi dado enfoque particular à busca de melhor aproveitamento possível da produção, o que também se conquistava pela terceirização da produção, relegando a “terceiros” certas etapas do processo antes centralizadas em uma só empresa. Os contratos temporários desmobilizaram o sindicalismo clássico, além de reduzirem a carga tributária sobre as grandes empresas.

Este processo de superação do modelo fordista é o que autores como Hardt e Negri (2005) denominam economia do imaterial, enfatizando os novos valores que assumem posição de destaque tanto na produção industrial com na própria produção da sociedade. Esses valores vinculam-se ao trabalho imaterial, aquele que gera produtos impalpáveis, como a informação, o conhecimento e relações sociais. Hardt e Negri afirmam que a lógica do trabalho imaterial pressupõe condições contratuais disseminadoras da precarização do trabalho, que tendem a se expandir por todo o lugar onde há produção de subjetividade. Dentre essas condições precárias, os autores destacam o comportamento flexível e móvel das novas formas de trabalho, o que resulta em que a produtividade e o empreendedorismo se espalhem por toda a malha das relações sociais, preenchendo todos os poros da existência do sujeito. A precarização reside no fato de que desta forma o sujeito assume um estado contínuo de prontidão, como um ‘operário sob o jugo do olhar supervisor’. Antunes (2007) é enfático ao dizer que esta flexibilização do trabalho incorre, inevitavelmente, na celebração de contratos cada vez mais provisórios, tornando ainda mais instável a condição de sujeito.

O conceito de flexibilização do processo produtivo é alusivo a diferentes elementos desestruturantes de vínculos na relação homem-trabalho, sendo uns bastante visíveis e outros mais sutis. Dentro desta estratégia de produção, os trabalhadores passam a desempenhar funções variadas e moldam sua atividade de acordo com as demandas do mercado (CASTEL, 1998). Enquanto no modelo de produção em série havia um operador para cada máquina, o funcionamento do processo flexível permite que haja um trabalhador gerenciando o funcionamento de cinco máquinas (ANTUNES, 2007). Disto decorre o aumento da taxa de desemprego. Outro elemento é o grande incentivo ao trabalho em equipe que se, por um lado, possibilita o compartilhamento do conhecimento na execução das tarefas, por outro expõe os empregados a uma competitividade explícita e direciona os laços de sociabilidade unicamente para fins de interesse da empresa (ANTUNES, 2007). Forja-se um atrativo para uma forma de

trabalho insidiosamente individualizante e segregadora de responsabilidades a partir da noção, estabelecida no plano discursivo, da participação ativa e do envolvimento dos empregados na produção.

Kamata (*apud* ANTUNES, 2007) explicita que toda medida destinada à otimização do trabalho tem como fim a eliminação de trabalhadores, de modo que toda estratégia de aperfeiçoamento dos processos produtivos envolveria o risco de tornar a seguridade social no trabalho “menos segura”. As ansiedades envolvidas nas relações de trabalho aumentam quando são destituídas as garantias, o que se acentua quando a justificativa para tal sacrifício reside na meta desenvolvimentista. Trabalhadores submetem-se a um campo de tensões permanentes no mundo do trabalho, aceitando isso como efeito inevitável dentro do projeto de desenvolvimento humano.

A despeito da aparente evidência destes movimentos relativamente recentes que aparecem com a virada pós-fordista, as proposições levantadas no enfrentamento de problemas como falta de empregos e instabilidade das garantias parecem ancoradas em formas anacrônicas de se considerar o trabalho e a questão social. Esta crítica, apresentada por Forrester (1997), denuncia um esforço para manter a lógica do trabalho estável em um momento histórico que já não mais a comporta. A sociedade da informação impulsiona a institucionalização de um trabalho imaterial, que traz consigo características de flexibilidade e mobilidade, inerentes a um novo paradigma produtivo, que representa a superação do modelo fordista.

Este esforço evidencia um posicionamento político sustentado nos modos de produção de subjetividade dominantes, o qual garante a hegemonia de um modo de ser e estar no mundo que maneja, perversamente, as esperanças e expectativas do êxito do projeto de “um lugar seguro ao sol” na sociedade. Produz-se o desejo por estas garantias ao mesmo tempo em que se avança no sentido de sua supressão. Ações paliativas revestidas do emblemático cartaz ‘geração de empregos’, reconstroem com dados numéricos, exibidos maliciosamente, a imagem de uma sociedade que já não mais existe, “respeitando os rituais de uma dinâmica ausente” (FORRESTER, 1997, p.8). A lógica atual à qual o capital está submetido (e também submete) fundamenta-se na fragilização dos vínculos de emprego, não se tratando, portanto, de uma mera questão de balanço numérico de vagas disponíveis, conforme se deseja continuar tratando o problema do desemprego.

Este anacronismo é vivido e sustentado também pela orientação vocacional clássica, como se a situação da escolha profissional fosse caso apenas da necessidade de adequação do sujeito a novas cobranças. As mudanças na ordem do trabalho nada teriam a ver com o homem, este apenas precisaria tomar consciência delas para melhor se adaptar às novas regras do mercado de trabalho, contribuindo para otimizar ainda mais a produção. Perpetua-se uma prática que funciona na lógica do enquadramento do homem a identidades exteriores, a formas de trabalho rígidas nas quais ele tem que se encaixar. Entendendo identidade como “aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável” (GUATTARI e ROLNIK, 2000, p. 69), a orientação vocacional clássica atua na despotencialização das singularidades dos seus sujeitos (clientes) apontando para a necessidade de se enquadrar todos em uma mesma lógica social cristalizada, visando a sua maior produtividade e o ajustamento social que a perpetua.

A Análise do Vocacional aposta na noção de produção de subjetividades para produzir um corte no dualismo entre exterior/interior ao indivíduo, do qual partem os modelos tradicionais de

orientação vocacional. Uma produção de modos de ver, ser e estar em um mundo fabricado pela conexão entre agenciamentos extra e infrapessoais (FROTTÉ, 2001). Em nosso cotidiano somos impelidos pelo maquinário de produção de subjetividade capitalística – “sistemas de conexões diretas, entre, de um lado, as grandes máquinas produtoras e de controle social e, de outro, as instâncias psíquicas, a maneira de perceber o mundo...” (GUATTARI e ROLNIK, 2000, p.67) – a ocupar passivamente certos lugares pré-estabelecidos. Este maquinário, ou conjunto de dispositivos sociais (família, escola, mídia, etc.), produz códigos de conduta, e é com essa multiplicidade de agenciamentos históricos e sociais que nos deparamos, tomando-os como nossos e conferindo-lhes uma identidade. A Análise do Vocacional aposta não em vidas padronizadas e individualizadas, mas num movimento oscilatório entre a observância dos padrões historicamente produzidos como naturais e o seu estranhamento, que possibilita a produção de formas singulares de subjetivação. Singularização que entendemos como a ação de frustrar mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, conforme o define Guattari (GUATTARI e ROLNIK, 2000).

As considerações da Análise do Vocacional sobre a dinâmica do atual mercado de profissões e a volatilidade dos empregos remetem a uma redefinição das questões colocadas pelo trabalho. As angústias sinalizadas diariamente pelo campo de incertezas aberto pela falta de emprego, assim como pela ameaça de inutilidade que lhe acompanha, são temáticas diretamente vinculadas à reflexão sobre o que significa escolher uma carreira profissional na atualidade. Notamos que “... há uma defasagem cada vez mais marcada entre, de um lado, a revolução industrial, informática, telemática dos robôs e, de outro, as formas sociais que são mantidas à força pelo CMI (Capitalismo Mundial Integrado)” (GUATTARI e ROLNIK, 2000, p.59). Entendemos que algumas destas formas sociais de que falam Guattari e Rolnik vinculam-se ao tema do trabalho, como, por exemplo, a supervalorização do emprego como meio de inserção social e sua contraparte, a situação de não possuir valor no campo das relações sociais a que são submetidos aqueles que integram a categoria dos desempregados. A Análise do Vocacional aposta que a observação de tal defasagem provoca uma ampliação no rol dos critérios de escolha, permitindo a criação de outros critérios para além dos disponíveis no mercado.

A construção de um processo de escolhas, dentro desta perspectiva da vocação em análise, remete à participação ativa na fabricação de agenciamentos. Agenciamentos do tipo “profissão-família-padrão de vida-participação na sociedade” são produções coletivas e históricas, que a cada momento são atualizadas e re-configuradas. A responsabilização do sujeito na construção de agenciamentos é alvo e motivo da Análise do Vocacional, cuja proposta é forjar uma cartografia do desejo no campo aberto pela escolha profissional. Entendemos, conforme nos diz Deleuze (DELEUZE e PARNET, 1998), que desejo é construção de agenciamentos, de maneira que quem deseja algo deseja um conjunto de diferentes signos, correlativos a múltiplos estratos da vida, postos em associação. Assim, favorecer a emergência de processos de singularização significa convocar o sujeito a se reapropriar criativamente dos elementos da subjetividade capitalística dominante, afim de que não se restrinja a uma relação de alienação com estes e que questione a aceitação deles tal como os recebe (GUATTARI e ROLNIK, 2000). Sobre isto versa a conceitualização de responsabilização aqui privilegiada.

No processo de produção de subjetividade sob a lógica do capital mundial globalizado, os elementos em relação direta com o fenômeno do desemprego ganham destaque. Sobre esta linha pesa o perigo de que a culpabilização assuma o lugar da responsabilização. Isolado pelas práticas sociais instituídas que o submetem à condição de indivíduo, cujo “destino” depende exclusivamente de seu próprio esforço, ele incorpora o discurso hegemônico que atribui

unicamente às suas experiências a causa criadora de sua condição. Em outras palavras, o desempregado vê-se obrigado a empreender o esforço individual capaz de livrá-lo desta situação humilhante, o lugar do “sem-valor” e da inutilidade. Uma outra forma de lidar com a questão nos possibilita contrariar esta tendência. Referimo-nos ao procedimento de investigar a experiência “desemprego” a partir das condições que permitiram e permitem a sua emergência enquanto um componente de agenciamentos culpabilizantes.

O capitalismo globalizado confere às máquinas a maior parte do processo de produção, incorrendo na supressão de mão de obra humana. Porém, ao mesmo tempo, como afirma Forrester (1997), estes que se veem destituídos de seus lugares funcionais não recebem tratamento diferente do tempo em que os empregos eram abundantes; ou seja, conservam-se os mesmos critérios de julgamento em condições diversas, e adversas. Dessa forma, conforme a reflexão de Castel (1998) sobre as metamorfoses do trabalho contemporâneo, o “não estar empregado” configura algo maior que a falta de subsistência, já que “o trabalho, (...), é mais que trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego.” (CASTEL, 1998, p. 496).

Investigando a questão social centrada no trabalho, chegamos à proposição de que este se destaca cada vez mais como atividade preponderante na inserção social, no estabelecimento de uma coerência dos vínculos de sociabilidade. O processo laborativo tem para o homem o significado de fonte para sua subsistência e, além disso, de chave para sua participação no *corpus* social. A propaganda desta forma de existir que só adquire legitimidade por seu caráter utilitário, tão bem interiorizada pelas formas de subjetivação capitalísticas, condiciona os vínculos sociais a critérios quantitativos de produtividade. O emprego remete a uma ocupação pela qual se obtém uma renda e se conquista um *status*. Uma renda mínima, garantia de um lugar à sombra no mercado consumidor, e um *status* qualquer, referente tão somente à cômoda consideração de utilidade social. Algo radicalizado no questionamento de Forrester:

“Sabemos que hoje em dia estão permanentemente fechados esses acessos ao trabalho, aos empregos, eles próprios excluídos pela imperícia geral, pelo interesse de alguns ou pelo sentido da história – tudo isso impingido sob o signo da fatalidade. (...) impor justamente aquilo que está faltando? Será que é *legal* exigir o que não existe como condição necessária para a sobrevivência?” (FORRESTER, 1997, p.13 – grifo da autora)

Considerações Finais

A produção de sujeitos por agenciamentos múltiplos, de um lado, e a inscrição dos sujeitos na estrutura social, de outro. No entrecruzamento destas problematizações (a saber, a constituição do sujeito contingente a uma dinâmica coletiva, social, e os meios possíveis de participar desta dinâmica), chegamos ao ponto nevrálgico da tematização proposta por este artigo. A instabilidade aguda experimentada no cotidiano das relações de trabalho implica diretamente em instabilidades e tensões nas formas de ser sujeito. Conforme apresenta Castel, “a zona de vulnerabilidade” social, aberta e em plena expansão, “alimenta as turbulências que fragilizam posições conquistadas e desfazem os estatutos assegurados” (CASTEL, 1998, p.27).

Não podemos afirmar que os serviços de orientação vocacional promoviam intervenções específicas para dar conta de angústias, fragilidades e incertezas no paradigma estatístico. Em sua finalidade, entretanto, a orientação vocacional ocupava-se de um problema vivo trazido pelos seus clientes, um problema que se devia a uma dificuldade de ajustamento ou, ao menos, a um desejo de maior confiança no processo de adequação à sociedade do trabalho. De maneira que, mesmo restrita à aplicação de testes de aptidão e a palestras sobre ‘como cada profissão é na realidade’, a prática da orientação vocacional tinha sua razão de existir em um incômodo provocado, ou melhor, evidenciado, pela dinâmica do trabalho e suas exigências.

Com o paradigma clínico talvez possamos dizer, diferente do paradigma estatístico, que os serviços de orientação vocacional se voltam para as angústias e os sofrimentos dos sujeitos, porém atentos exclusivamente às questões individuais, mantendo assim a separação entre indivíduo e sociedade. Um paradigma que emerge em um contexto um pouco diverso e modifica consideravelmente a prática de orientação vocacional, dando maior abertura para a liberdade de escolha, porém restringindo-a aos padrões sociais pré-existentes. A prática clínica caminha juntamente a um contexto social que visa o controle e a manutenção da ordem, prevenindo os possíveis desvios dos homens, evitando seus momentos de crise. Em um momento que predominam a ordem e o silêncio, os sujeitos se voltam para suas relações privadas e questões individuais, de forma que a prática da orientação vocacional, mais uma vez, se mostra coerente em sua existência, amenizando o sofrimento de seus clientes.

Também não podemos afirmar que a Análise do Vocacional, enquanto uma ‘modalidade’ de orientação profissional, consiga dar conta das angústias e fragilidades que surgem no campo da escolha profissional diante das mudanças no mundo do trabalho. No entanto, podemos (ao menos) afirmar que esta pretende a construção, sempre inacabada, de uma prática que perpassa essas questões, angústias, fragilidades, medos e incertezas – sempre atenta às metamorfoses do campo que a cerca, o campo do trabalho e das relações sociais. Entendemos que esses campos não se mantêm restritos ao entorno de Análise do Vocacional, mas atingem em profundidade os atores envolvidos: analistas vocacionais e clientes à sua procura.

“... o inimigo não está só nos imperialismos dominantes. Ele está também em nossos próprios aliados, em nós mesmos, nessa insistente reencarnação dos modelos dominantes, que encontramos não só nos partidos mais queridos ou nos líderes que nos defendem da melhor maneira possível, mas também em nossas próprias atitudes, nas mais diversas ocasiões” (GUATTARI e ROLNIK, 2000, p. 57).

Na intervenção da Análise do Vocacional, onde deslocamos a atividade de ‘desvelar vocações’ para a análise dos processos de produção de escolhas (e da produção do próprio constructo ‘vocação’) está proposto o diálogo com as problemáticas acerca do desemprego e da fragilidade dos vínculos sociais, decorrente da instabilidade a que o trabalho está submetido. Suscitando a permeabilidade dos segmentos individual e social - por longo período admitidos como estanques -, as angústias decorrentes de tais problemáticas invocam o estranhamento de práticas e experiências tomadas como naturais, tais quais a competitividade como atitude mais valorizada e o desemprego como ameaça constante. Desta forma, abre-se espaço para invenções de outras maneiras de lidar com essas dificuldades como, por exemplo, a não aceitação de exigências que

extrapolam a dimensão do realizável. Rechaçando a situação em que incorrem os sem-emprego, culpabilizando-se e sendo culpabilizados por estarem desprevenidos. Eles, os “solicitantes de emprego”, são os primeiros a se considerar “incompatíveis com uma sociedade da qual eles são os produtos mais naturais” (FORRESTER, 1997, p.11).

Artigo recebido em 18/12/2009. Aprovado em 22/03/2010

Referências

ALVES, E. B. *O bairro do Caju: a construção de uma periferia empobrecida*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. *Adeus ao trabalho?*. São Paulo: Cortez, 2007.

BARROS, Regina B. *Grupos: afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

_____. A noção de entre em Deleuze/Guattari: primeiras aproximações à clínica dos grupos. In: *Cadernos Transdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998, p. 23-31.

BOCK, Silvio D. *Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, Maria M. M. J. *Orientação profissional em grupos: teoria e técnica*. Campinas: Editorial Psy, 1995.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. Políticas. In: *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

FERREIRA, A. A. L. O Múltiplo Surgimento da Psicologia. In: *História da psicologia: rumos e percursos*. FERREIRA, A. A. L.; JACÓ-VILELLA, A. M. (org). Rio de Janeiro: Editora Nau, 2006, v. 1, p. 13-46.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FROTTÉ, M. D. *Analítica do vocacional: percursos e derivas de uma intervenção*. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2000

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LOURAU, René. *René Lourau na UERJ – 1993 - Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MENDES, M.M.; BICALHO, P.P.G. Responsabilidade Social Empresarial, Extensão Universitária e Produção de Subjetividade: Atravessamentos em um Mundo Globalizado. In: *Revista de Psicologia da IMED*, v.1, n.1, p.91-102. Passo Fundo: Faculdade Meridional, 2009.

SPARTA, M. O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 4, n. 1/2, p. 1-11, 2003.

ZOURABICHVILI, François. *Vocabulário de Deleuze*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.